

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ESTHER YOSHIMI HARA

**A GESTÃO PÚBLICA NO ARTESANATO DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS (SP) A PARTIR DE ESTUDOS MULTICASOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2012

ESTHER YOSHIMI HARA

**A GESTÃO PÚBLICA NO ARTESANATO DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS (SP) A PARTIR DE ESTUDOS MULTICASOS**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Prof^a MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães.

CURITIBA – PR

2012

AGRADECIMENTOS

Presto meus infinitos agradecimentos a minha professora orientadora MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães, pela sua paciência e dedicação, e sem a qual este trabalho não existiria. Agradeço para sempre!

Meus sinceros agradecimentos a Rita Carvalho e Rosa Weiss pelas suas palavras, pois elas subsidiaram importantemente a compreensão da realidade de São José dos Campos.

Agradeço também aos professores e tutores da UTFPR pela oportunidade e ao Antônio da Secretaria Acadêmica.

Por fim, minha sincera gratidão ao meu irmão Celso pelo apoio e a minha família pela compreensão.

Muito obrigada a todos!

Os cidadãos são os donos do governo e capazes de atuar juntos em busca do bem maior. (DENHARDT, 2012).

RESUMO

HARA, Esther Y. A Gestão Pública no artesanato de São José dos Campos (SP) a partir de estudos multicaseos. 2012. 57f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

O município de São José dos Campos (SP) é marcado por seu desenvolvimento econômico e tecnológico, porém suas características e potencialidades não propiciaram a valorização do artesanato, traduzido na falta de apoio e oportunidades para os artesãos. Com isso, este trabalho tem a finalidade de verificar através dos processos logísticos, de que forma a gestão pública municipal pode incentivar o artesanato regional. A abordagem do tema ocorre através de uma pesquisa qualitativa, e através de levantamento bibliográfico e questionários de perguntas abertas, são levantadas algumas ações de sucesso nacional referentes ao artesanato, frente às realizadas pela gestão pública do município em questão. Por isso o trabalho envolve também um estudo de caso da cidade. Os resultados obtidos através dos estudos multicaseos, revelam que as ações do município ainda são irrelevantes para o artesanato, diante das demandas e das potencialidades, mas indicando que há possibilidades concretas de atuação da gestão pública municipal no desenvolvimento do setor.

Palavras-chave: Gestão pública. Artesanato. Processos logísticos

ABSTRACT

HARA, Esther Y. *The Public Management in handcraft of São José dos Campos (SP) from multicases studies*. 2012. 57f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

São José dos Campos (SP) city is marked for its economic and technological development, but its features and potentialities did not provided the appreciation of handcraft, translated in lack of support and opportunities for artisans. With this, this work aims to verify through the logistics processes, how the public management of São José dos Campos city can encourage regional handcraft. The subject approach occurs by a qualitative research, and through a literature review and questionnaires asked opened, some national success actions for handcraft are raised, front to the actions of the public management of the city in question. Therefore the research also involves a case study of the city. The results obtained from the multicases studies, reveal that the actions city are irrelevant to the handcraft, in front of demands and potentialities, but indicating that there are concrete possibilities of acting municipal public management in developing the sector.

Keywords: *Public management. Handcraft. Logistics processes*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abexa	Associação Brasileira de Exportação de Artesanato
Amarn	Associação das Mulheres do Alto Rio Negro
ArteSol	Artesanato Solidário
CEF	Caixa Econômica Federal
CJS	Comércio justo e solidário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Mdic	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEI	Microempreendedor Individual
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAB	Programa do Artesanato Brasileiro
Promoart	Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural
RJ	Rio de Janeiro
RMVale	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SC	Santa Catarina
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sicab	Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro
SP	São Paulo
Sutaco	Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades
TO	Tocantins
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Justificativa.....	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 Metodologia.....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Gestão Pública	13
2.1.1 Ações do Governo Federal.....	15
2.1.2 Ações não governamentais	16
2.2 Artesanato	18
2.3 Processos Logísticos	19
3. METODOLOGIA	21
4. O ARTESANATO.....	23
4.1 Casos Nacionais	23
4.1.1 Município de Porto Nacional (TO)	23
4.1.2 Município de São José (SC).....	24
4.1.3 Município de Orlandia (SP)	26
4.1.4 Município de Macaé (RJ).....	27
5. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	29
5.1 A cidade	29
5.2 Feiras de Artesanato	30
5.3 Projeto Costurando o Futuro	32
5.4 Projeto Museu Vivo	34
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	36
6.1 As ações de São José dos Campos.....	36
6.2 Casos de sucesso	38
6.3 Casos de sucesso x Ações de São José dos Campos	39
6.4 Políticas de incentivo de São José dos Campos.....	41
7. ROTEIRO DE SUGESTÕES	43
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICES.....	52
ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Pública em debates mais recentes, vem produzindo novas interpretações no contexto de sua atuação, acenando para a construção de um modelo cada vez mais pautado nas questões de cidadania.

A partir dessa visão, a finalidade da monografia é realizar uma pesquisa aplicada, na qual se espera responder à questão que norteia o trabalho: de que forma a gestão pública municipal pode incentivar o artesanato de São José dos Campos?

A pesquisa se justifica pelo reconhecimento de que o município possui características e potencialidades que favorecem o desenvolvimento do artesanato como incremento à economia, bem como da necessidade de se valorizar o artesão.

O trabalho aborda a questão através de uma pesquisa qualitativa, na qual se verificam os casos bem sucedidos de iniciativas da gestão pública municipal pelo Brasil, em relação ao artesanato regional.

A pesquisa envolve também um estudo de caso do município de São José dos Campos, através do qual se reconhecem as ações públicas junto ao artesanato regional.

Com base em questionários constituídos de perguntas abertas, aplicados às responsáveis por coordenar as ações selecionadas, tiram-se algumas conclusões ou evidências a respeito de como o artesanato regional é afetado pelas políticas públicas ou ausência destas. Através dos estudos multicaseos, realizam-se as comparações entre os casos nacionais com os casos de São José dos Campos, que por fim, proporcionam indutivamente as sugestões de iniciativas que podem incentivar ou melhorar a gestão do artesanato do município.

1.1 Justificativa

O município de São José dos Campos situa-se em localização estratégica, sendo um centro regional de compras e serviços. Possui vocação turística, especialmente o turismo de negócios, tendo em vista o seu reconhecido desenvolvimento econômico e tecnológico. Destaca-se ainda nas áreas de lazer e cultura.

Essas características e potencialidades, porém, não propiciaram a valorização do artesanato regional, traduzido na falta de apoio e oportunidades para os artesãos do município.

Especialmente para aqueles que têm no artesanato seu principal sustento e considerando a própria falta de regulamentação da profissão, o apoio da gestão pública municipal pode ser decisivo para a melhoria das condições de vida ou sobrevivência.

Em contrapartida, a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil será um evento onde se espera destacar a cultura, as riquezas do país e com isso, também o artesanato brasileiro. Dentro desse contexto, o evento pode se revelar como uma oportunidade para a viabilização de políticas mais eficientes ao incentivo ao artesanato de São José dos Campos, o que poderá resultar em benefícios para a economia e a cultura local.

Os incentivos podem representar também a valorização dos artesãos e da população em geral, seja pela possibilidade de geração de trabalho ou aumento de renda ou mesmo em relação à melhoria da qualidade de vida, graças aos impactos que essas ações poderão eventualmente produzir às gerações futuras.

1.2 Objetivos

Esta seção está dividida em duas subseções, onde a primeira se refere ao objetivo geral do trabalho no seu caráter mais amplo e a segunda corresponde aos três objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as políticas de gestão pública municipal relacionadas ao artesanato em São José dos Campos.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1.** Descrever as ações da gestão pública do município de São José dos Campos relacionadas ao artesanato regional.
- 2.** Relatar casos de sucesso nacional em relação às políticas públicas dos artesanatos regionais.

3. Comparar os casos de sucesso nacional com os casos de São José dos Campos.

1.3 Metodologia

Este trabalho de pesquisa aplicada tem como objetivo analisar as políticas existentes em relação ao artesanato de São José dos Campos, e por fim sugerir algumas iniciativas para a gestão da atividade.

Através da análise qualitativa do trabalho são levantadas as ações de incentivo ao artesanato a nível nacional e a nível local. Com isso a pesquisa envolve também um estudo de caso do município de São José dos Campos.

Os casos nacionais correspondem a quatro ações de sucesso produzidas pela gestão pública municipal, a maioria através de parcerias, nos diversos estados do Brasil, e foram selecionadas pelo caráter inovador das ações ou por repercutirem nos casos locais. A coleta desses dados envolve um levantamento bibliográfico através de *sites* de órgãos públicos, privados e órgãos de imprensa.

Já os três casos locais representam as ações que a pesquisa encontrou através de contatos com a Prefeitura e a exploração na *internet*. A coleta de dados envolve também dois questionários com perguntas abertas, cada qual destinado à responsável por uma ação.

Através dos estudos multicaseos, as ações a nível nacional são comparadas às de nível local e indutivamente são sugeridas algumas iniciativas de incentivo ao artesanato de São José dos Campos.

O trabalho está dividido em oito capítulos: o primeiro é introdutório, apresentando a justificativa dessa pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos e a metodologia.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica através das palavras-chave: Gestão Pública, Artesanato e Processos Logísticos. A seção Gestão Pública apresenta as seguintes subseções: ações do Governo Federal e ações não governamentais.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia do trabalho e o quarto envolve o artesanato. Esse capítulo tem como seção os quatro casos nacionais levantados e as subseções correspondem as ações dos municípios de: Porto Nacional (TO), São José (SC), Orlandia (SP) e por último, Macaé (RJ).

O quinto capítulo corresponde ao estudo de caso do município de São José dos Campos e as seções apresentam respectivamente: a cidade, as Feiras de Artesanato, o Projeto Costurando o Futuro e por fim, o Projeto Museu Vivo.

No sexto capítulo é apresentada a discussão dos resultados, que corresponde aos objetivos específicos e o geral, respectivamente traduzidos nas seções: As ações de São José dos Campos, Casos de sucesso, Casos de sucesso x Ações de São José dos Campos e no fim, Políticas de incentivo de São José dos Campos.

O sétimo capítulo apresenta um roteiro de sugestões para o incentivo ao artesanato do município e no oitavo e último capítulo são apresentadas as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo abordam-se respectivamente como seções, as palavras-chave: Gestão Pública; Artesanato e Processos Logísticos. A seção Gestão Pública está dividida nas subseções: ações do Governo Federal e ações não governamentais.

2.1 Gestão Pública

Nesta seção abordam-se o conceito de gestão pública, as ações do Governo Federal relativas ao artesanato, bem como as ações não governamentais de repercussão nacional.

A ciência da Administração é constituída de um importante segmento: a Administração Pública, segundo Chiavenato (2008, p. 96):

Ela representa o aparelhamento do Estado e funciona como o instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, no sentido de dar plena e cabal satisfação das necessidades coletivas básicas. (CHIAVENATO, 2008, p. 96).

Essa designação passa por uma nova interpretação, pois segundo Denhardt (2012), o conceito de Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, que corresponde àquele que promove a proteção social de todos os cidadãos, atuando na Saúde, Educação, Habitação, Assistência Social *etc.* (SANTOS, 2009, p. 36), passa por um declínio no final da década de 1970. Com isso, a administração pública pelo mundo entra em um processo de transformação e ajustamento que leva a uma nova ordem político-administrativa.

Surge então na literatura internacional o termo Nova Gestão Pública, que, portanto “representa um conjunto de reformas da Administração Pública que passou a vigorar em diversos continentes, desafiando as configurações vigentes até os anos 1970, calcadas no modelo burocrático”. (JUNQUILHO, 2010, p. 60).

No Brasil, a reforma administrativa é marcada pela implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (1995-1999), pelo então Ministro da Administração do governo de Fernando Henrique Cardoso, Bresser-Pereira.

Para ele, fala-se hoje em gestão pública: pressupondo a eficácia e buscando a eficiência do estado, no lugar de administração pública: burocrática e concentrada na eficácia do poder do estado. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 2).

Avançando um pouco mais acerca da gerência dos negócios públicos, Denhardt (2012 *apud* DENHARDT e DENHARDT, 2007, p. 265) descreve que o novo serviço público seria tanto uma alternativa para a velha administração pública quanto para a nova gestão pública.

Segundo Menegasso (2012, p. 21), o novo serviço público seria uma concepção mais ampla e também menos reducionista da administração pública, representando sua dimensão política e os valores equivalentes de justiça, liberdade, participação, responsividade *etc.* (MENEGASSO, 2012, p. 21).

Essa nova concepção está fundamentada em dois temas: o primeiro refere-se à promoção da dignidade e o valor do novo serviço público e o segundo tema é referente à reafirmação dos valores da cidadania, da democracia e do interesse públicos enquanto valores ressaltantes da administração pública, conforme descreve Denhardt (2012 *apud* DENHARDT e DENHARDT, 2007, p. 265).

Condizente a essa nova concepção de atuação governamental, o Plano Plurianual¹ (2012-2015) do Governo Federal:

Indicou a necessidade e revelou a possibilidade de nosso desenvolvimento econômico e social ser orientado, antes de tudo, pela inclusão social, elegendo o combate às formas mais extremas de pobreza em nosso país como ação prioritária. (PLANO PLURIANUAL 2012-2015, p. 17).

Sob os prismas da inclusão e o desenvolvimento econômico, a pesquisa encontrou algumas iniciativas que incentivam o artesanato, pois “reconhecendo a condição de menor porte econômico que caracteriza a prática artesanal”, nas palavras do Programa do Artesanato Brasileiro (2012, p.7), essas ações se constituem em importantes instrumentos de fomento à atividade.

Atenta-se para o fato de a regulamentação da profissão de artesão ainda se encontrar pendente. Portanto, até a consolidação para que o “artesanato seja reconhecido como atividade econômica forte e viável” (SANTOS, 2013), algumas importantes iniciativas são elencadas a seguir:

¹ Plano Plurianual corresponde ao planejamento governamental para um prazo de quatro anos, com início de vigência no segundo ano do mandato atual até o primeiro ano do subsequente. (SALLES, 2010, p. 84).

2.1.1 Ações do Governo Federal

O Governo apresenta alguns programas desenvolvidos, entre eles podemos citar: o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart).

Em setembro de 2013 foi aprovado o relatório para o Projeto de Lei (PL 7.755/2010), que pode ser visto no Anexo A. Ele regulamenta a profissão de artesão e estabelece as diretrizes para as políticas públicas de fomento ao artesanato, além de instituir a carteira profissional do artesão e autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Artesanato.

A aprovação ocorreu por unanimidade na Comissão de Cultura e agora segue para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para apreciação.

O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em parceria com órgãos dos governos federal, estaduais e municipais e ainda entidades representativas do seguimento artesanal, o programa é responsável pela elaboração de políticas públicas do setor a nível nacional. O objetivo principal é “a geração de trabalho e renda e a melhoria do nível cultural, profissional, social e econômico do artesão brasileiro”. (PAB, 2012, p. 11).

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) lançou em março de 2012, o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), com o intuito de simplificar o cadastro dos artesãos e permitir a emissão da Carteira Nacional do Artesão e a Carteira Nacional do Trabalhador Manual. Com esses documentos, os artesãos poderão participar de feiras e eventos para a comercialização de seus produtos, cursos de capacitação e outras ações do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

Já o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), está vinculado ao Ministério da Cultura através do Programa Mais Cultura, com gestão conceitual e metodológica direta do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)/Departamento de Patrimônio Imaterial/Iphan.

Ele objetiva estimular uma política nacional para o artesanato, em especial o artesanato tradicional, onde através de pólos estratégicos espalhados por todo o país, são formulados os diagnósticos das potencialidades e necessidades de cada

pólo. Dessa forma são desenvolvidas ações que proporcionam condições mais dignas de sobrevivências aos artesãos, bem como o seu reconhecimento e a conquista de mercado.

2.1.2 Ações não governamentais

A pesquisa constata várias ações provenientes de universidades, instituições privadas e aquelas sem fins lucrativos, que por iniciativa própria ou em parcerias, executam interessantes projetos relacionados à promoção do artesanato.

Porém, como o escopo do trabalho é estudar as ações prestadas pela gestão pública, aqui são mencionadas apenas algumas iniciativas não governamentais, que pela importância e abrangências de suas ações, houve por bem destacá-las: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Artesanato Solidário (ArteSol) e Associação Brasileira de Exportação de Artesanato (Abexa).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), doravante apenas Sebrae, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos que objetiva a capacitação, estimulando o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo às micro e pequenas empresas de todo o país. (SEBRAE, s.d.).

Segundo a entidade, o Sebrae promove ações que incentivam o artesanato para que ele se torne um setor economicamente sustentável, valorizando a identidade cultural das comunidades, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e aumentando a geração renda e de trabalho.

No *site* do SEBRAE estão elencados os projetos e ações que ele promove junto ao artesão. Alguns deles são: informações para a sua formalização como microempreendedor individual; cursos de capacitação; orientação para o acesso a serviços financeiros; auxílio para negociações dos produtos artesanais junto às grandes empresas; disponibilização de manual de boas práticas para embalagem de artesanato; promoção de feiras e exposições e parcerias com órgãos públicos e privados visando prestigiar o artesanato e estimular a utilização dos produtos artesanais.

O prêmio SEBRAE *TOP* 100 de Artesanato, por exemplo, concedido às cem unidades produtivas mais competitivas do Brasil, é uma iniciativa bastante positiva para a valorização dos artesãos, que dessa forma ganham o reconhecimento nacional pelos seus trabalhos. (SEBRAE, s.d.).

Conforme será notado na seção sobre os casos nacionais, o Sebrae participa importantemente em várias ações junto às Prefeituras para promover o artesanato.

O Artesanato Solidário (ArteSol) se transformou em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) em 2002. Sua missão é:

Salvaguardar e disseminar o artesanato de tradição enquanto patrimônio cultural brasileiro, promovendo a autonomia dos artesãos detentores do saber e o desenvolvimento cultural, social e econômico das comunidades. (ARTESANATO SOLIDÁRIO, s.d.).

Suas ações visam beneficiar principalmente as pessoas que vivem em localidades de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Com isso, a organização “elabora projetos e ações voltados para a valorização da atividade artesanal de referência cultural brasileira, a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível e inclusão cidadã e produtiva dos artesãos”. (ARTESANATO SOLIDÁRIO, s.d.).

A organização é pioneira por manter a filosofia do comércio justo e solidário (CJS): corresponde ao “fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulte na participação ativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de sua autonomia” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, s.d.).

É a primeira organização brasileira de artesanato a possuir o selo de identificação de produtos que obedecem aos princípios do comércio justo.

Já a Associação Brasileira de Exportação de Artesanato (Abexa), é outra entidade importante para o desenvolvimento e reconhecimento do artesanato. Ela foi criada com o objetivo principal de fortalecer a comercialização internacional ou a exportação do artesanato brasileiro. Outros objetivos são: “promoção e defesa da cultura brasileira; a preservação do patrimônio histórico e artístico de forma social e ambientalmente sustentável; combate a pobreza por meio do desenvolvimento econômico social”. (ABEXA, s.d.).

A Abexa é uma associação de empresas ou entidades com ou sem fins lucrativos, mas os recursos para o seu Projeto de Exportação de Artesanato são oriundos da Apex-Brasil, órgão do governo federal para a promoção comercial de serviços e produtos brasileiros e também de atração de investimentos estrangeiros diretos para os setores da economia brasileira.

2.2 Artesanato

O artesanato é uma atividade privilegiada pelas inúmeras finalidades com as quais as pessoas fazem uso dela, quais sejam: como forma de geração de trabalho e renda; para fins educativos; finalidades terapêuticas, inclusive indicado para amenizar doenças graves; como forma de expressão de arte e de cultura; como alternativa para a reciclagem de materiais; para a preservação dos costumes e até como forma de combater a ociosidade.

A atividade comprovadamente leva à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Além da importância do seu legado para a preservação da cultura de um povo, o Programa do Artesanato Brasileiro (2012, p. 7) afirma que: “nos últimos tempos, tem-se agregado a esse caráter cultural o viés econômico, com impacto crescente na inclusão social, geração de trabalho e renda e potencialização de vocações regionais”.

O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) define o artesanato de forma que:

Compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (PAB, 2012, p. 14).

Dados de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), doravante IBGE, indicam que há 8,5 milhões de artesãos no país e o artesanato movimenta R\$ 50 bilhões por ano, sendo responsável pelo sustento de milhares de famílias pelo Brasil.

Segundo aponta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2012, do IBGE, a atividade artesanal mais representativa nos municípios brasileiros é o bordado, estando presente em 74,2% em 2012, mantendo-se estável desde 2005.

Em seguida, aparece o artesanato de madeira com 33,7% e a culinária típica brasileira (27,7%), que apresenta um forte crescimento de oferta nos municípios, superando o tradicional artesanato de barro (19,4%), o que pode estar relacionado com o crescimento do turismo local e também internacional.

Já o artesanato feito com material reciclável, está entre as cinco atividades artesanais mais presentes no nível dos municípios, apresentando um crescimento entre 2005 de 16,7% para 19,3% em 2012.

No cerne da questão social, a pesquisa encontrou exemplos de vida em que as ações da gestão pública e privada em relação ao artesanato se revelam como uma importante forma de inclusão econômica e social, em especial da população indígena.

Um exemplo é o do Amazonas em 2007, quando a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (Amarn) retirou do isolamento mulheres indígenas levadas a Manaus para trabalharem como domésticas, sob condições muito precárias. A associação oferece apoio logístico para que as mulheres possam trabalhar o artesanato como alternativa de sobrevivência.

Segundo Carvalho (2007), “Os momentos em que os povos indígenas ficam mais visíveis nas grandes cidades são aqueles em que participam do comércio de artesanato”.

2.3 Processos Logísticos

De forma sucinta, a logística “trata da compra de matéria-prima, do seu armazenamento, da movimentação dentro da empresa e do transporte até o cliente” (MIGUEZ, 2010, p. 5).

Desse modo, “o processo logístico é visto como sendo o conjunto de todos os integrantes e de todas as etapas que compõem a logística de algum produto de alguma organização”, define Rosa (2010, p. 33).

Reconhecendo que a logística está presente desde as atividades do cotidiano de uma pessoa, é fácil compreender que uma organização pública mesmo apresentando peculiaridades que a diferem de outra do setor privado, requer um mínimo de planejamento logístico, seja em prol do bom funcionamento interno, ou na forma de prestação dos serviços públicos ou políticas públicas, de modo a atender às necessidades da população.

No que se refere à atividade do artesanato, este trabalho não pretende tratar com profundidade a logística em derivações como: Logística Integrada, Gestão de Compras ou Gestão da Cadeia de Suprimentos, exceto a Logística Reversa, mas o

objetivo é tratar dos processos logísticos presentes quando da atuação da gestão pública em relação à gestão do artesanato.

Desse modo, os processos podem estar relacionados com: a divulgação dos produtos ou *marketing*, pois segundo Hara (2011, p. 37): “a abordagem contemporânea de logística engloba o fluxo de informações em todos os elos da cadeia e as ações do *marketing* inerentes”; as ações para promover a exposição do artesanato; as ações para a capacitação dos artesãos e outras inerentes a cada projeto.

A esse ponto, porém, é útil comentar um tipo de logística bastante importante para os municípios, devido aos impactos ambientais produzidos pelo lixo urbano e que vem motivando cada vez mais os investimentos das prefeituras: a logística reversa.

Existem várias definições sobre logística reversa, uma delas diz que “a logística reversa é a área da logística que trata dos aspectos de retornos de produtos, embalagens ou materiais ao seu centro produtivo”. (DONATO, 2008, p. 19).

Na seção sobre o artesanato, verifica-se um significativo crescimento do artesanato com material reciclável, com viés para a questão da sustentabilidade, pois, segundo Donato (2008, p. 20):

O processo de logística reversa tem que ser sustentável, pois se trata de questões muito mais amplas que simples devoluções. Os materiais envolvidos nesse processo geralmente retornam ao fornecedor, são revendidos, recondicionados, reciclados ou simplesmente são descartados e substituídos. (DONATO, 2008, p. 20).

Atualmente as prefeituras vêm se preocupando cada vez mais com a destinação dos lixos devido ao recrudescimento da demanda, nesse sentido, a popularização do artesanato com material reciclável corresponde a uma iniciativa positiva junto à solução dessa questão, pois os trabalhos dão novas utilidades para o que seria lixo.

3. METODOLOGIA

A finalidade do trabalho consiste em verificar através dos processos logísticos, como a gestão pública municipal pode incentivar o artesanato regional de São José dos Campos. Isso ocorre através de uma pesquisa aplicada, pois ela “tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais”. (ZANELLA, 2009, p. 72).

Com isso, o trabalho envolve uma pesquisa qualitativa, pois essa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. (SILVA, 2005, p. 20).

A pesquisa procura reconhecer quais são as políticas públicas voltadas ao artesanato, cujos casos nacionais de sucesso são comparados com os casos do município de São José dos Campos.

Para os casos nacionais, a coleta de dados envolve um levantamento bibliográfico, através de *sites* de órgãos públicos, privados e órgãos de imprensa. A escolha para os quatro casos nacionais tem como critério o caráter inovador das ações ou por repercutirem nos casos do município de São José dos Campos.

É oportuno relatar que a pesquisa consegue identificar um número significativo de iniciativas pelo Brasil em relação ao artesanato, pois segundo o Programa do Artesanato Brasileiro (2012, p. 11), “a atividade é disseminada em todo território nacional, possuindo variações e características peculiares conforme o ambiente e a cultura regional”. Sendo assim, não é possível esgotar completamente a investigação sobre as iniciativas públicas que por ventura estejam ligadas ao artesanato.

Por outro lado, parece não haver muitos dados acerca da atividade, já que a profissão do artesão não está regulamentada. Como Parreiras (2012, p. 2) afirma:

Talvez por estar, em grande parte, à margem do processo e da lógica de acumulação de capital, a atividade produtiva artesanal é – não só no Brasil – sabidamente carente de dados e informações que possibilitem sua caracterização e dimensionamento, e, aspecto fundamental, que possam contribuir para a formulação de políticas de apoio e estímulo mais consistentes. (PARREIRA, 2012, p. 2).

Avançando no trabalho, para o levantamento dos três casos referentes ao

município de São José dos Campos, a pesquisa se utiliza também de um estudo de caso, já que esse “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. (SILVA, 2005, *apud* GIL, 1995, p. 21).

Tais casos do município, por sua vez, são levantados através de contatos com a Prefeitura e a exploração pela *internet*. Além dessas fontes de dados, em dois dos casos obteve-se contato com as pessoas responsáveis pelas ações. No caso das feiras, a pessoa responsável é a quem realiza o cadastramento de pessoas interessadas em expor nas feiras de artesanato e a outra pessoa responsável, trata-se da coordenadora do Projeto Costurando o Futuro.

Para a obtenção de informações mais precisas, a pesquisa se vale de dois questionários constituídos de perguntas abertas, pois conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 204), “são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”.

O questionário 1, que pode ser visto no Apêndice A, foi direcionado à pessoa responsável pelas feiras e é constituído de onze perguntas. Já o questionário 2, presente no Apêndice B, foi destinado à responsável pelo Projeto Costurando o Futuro e possui oito questões.

Através dos estudos multicaseos, as ações nacionais são comparadas às ações locais, cujos resultados sugerem indutivamente, algumas iniciativas de incentivo ou melhorias para a gestão do artesanato de São José dos Campos.

As conclusões da pesquisa são elaboradas de forma indutiva, pois a indução, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 86):

É um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida fias partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 86).

Os quatro casos nacionais levantados são resultado de exploração pela *internet*. Eles são selecionados pelo caráter inovador e principalmente por repercutirem nos casos do município de São José dos Campos.

A seguir, estão as ações que partem da gestão pública municipal, a maioria delas através de parcerias e em diferentes estados do Brasil.

4. O ARTESANATO

Neste capítulo são apresentados através das seções, os casos bem sucedidos de iniciativas em relação ao artesanato, levantados a nível nacional.

4.1 Casos Nacionais

Os quatro casos levantados neste capítulo são resultado de exploração pela *internet*. Eles foram selecionados pelo caráter inovador e principalmente por repercutirem nos casos do município de São José dos Campos.

A seguir, apresentam-se como subseções as ações que partem da gestão pública municipal, a maioria através de parcerias e em diferentes estados do Brasil.

4.1.1 Município de Porto Nacional (TO)



Fotografia 1 - Centro Permanente de Arte Oswaldo Botelho da Silva
Fonte: *Site da Prefeitura de Porto Nacional (2013)*.

Em 2013, a assessoria de imprensa da Prefeitura de Porto Nacional, considerado a Capital Cultural do Tocantins, informou à população acerca da transformação do antigo Terminal Rodoviário da cidade, em Centro Permanente de

Artesanato. O Terminal foi reformado em 2008 com recursos do Governo Federal e desde então estava abandonado.

O Centro abriga 36 lojas voltadas à comercialização de produtos artesanais, o que representa um apoio logístico importante para o reconhecimento dos artesãos, para a melhoria dos negócios e para a preservação da cultura portuense.

Os renomados artesãos confeccionam artigos que usam o couro, madeira, argila, o buriti, o tecido, a resina dentre outros materiais moldáveis que revelam toda a tradição e criatividade do povo portuense.

Segundo um dos mais respeitados artesãos do Estado do Tocantins, Luiz Ribeiro, conhecido com “Binn” (2013), a cidade de Porto Nacional tem história, memória e tradição e tudo isso está replicado nos belos trabalhos figurativos, por isso os artesãos necessitavam de um apoio logístico para a exposição e comercialização dos produtos. Ele afirma que agora com as políticas públicas para o artesanato, conseguiram este espaço e por isso se sentem reconhecidos como profissionais do artesanato.

O centro permanente, com movimento em franco crescimento, ainda abriga uma extensa área coberta, onde funciona uma vez por semana, a Feira de Comidas Típicas, quando churrasqueiros, petisqueiros e quituteiros se reúnem para oferecer as comidas típicas do local.

A iniciativa da implantação do Centro partiu do próprio prefeito da cidade, em consideração à história e tradição do município e como reconhecimento às reivindicações classistas.

4.1.2 Município de São José (SC)



Figura 1 - Os consultores do Sebrae/SC no encontro em São José
Fonte: *Site da Prefeitura de São José* (2013).

Em 25 de outubro de 2013, soube-se através do *site* da Prefeitura de São José, Santa Catarina, que a sua Fundação Municipal de Cultura e Turismo em parceria com o Sebrae/SC, promoveu a palestra “A identidade de São José no artesanato”.

Essa iniciativa contou com a participação de pelo menos 100 artesãos das Escolas Profissionais, Escola de Oleiros, Associação São José Feito à Mão e artesãos em geral.

O objetivo da iniciativa foi mostrar que o artesanato além de ser uma fonte de renda, também pode refletir a identidade local.

Durante o evento, as consultoras do Sebrae/SC Elga Moraes e Michele Laforga, abordaram temas como o “Artesanato como negócio” e a “Identidade Cultural no Artesanato”. Os participantes puderam renovar conhecimentos sobre oportunidades, inovação, valor agregado, comercialização e gestão.

No encontro, foi comentado sobre as oportunidades para o artesanato brasileiro, surgidas com a realização da Copa do Mundo. Através do evento, a marca brasileira pode ser trabalhada de forma positiva e o setor artesanal tem perspectiva de fortalecimento, a partir de 2014.

A palestrante do Sebrae/SC Elga Moraes, alerta que o momento é favorável à comercialização e acrescenta que o país vive um bom momento para investir no artesanato, no entanto quem trabalha com isso necessita buscar informação e aperfeiçoamento.

Já o consultor regional do Sebrae/SC, Januário Serpa, comentou que a parceria entre a Prefeitura e o Sebrae, firmada no início do ano, aproximou a entidade de um dos setores mais importantes do município, que é o artesanato.

Para o superintendente adjunto da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Caê Martins, o encontro pretendeu reforçar o resgate da identificação local do artesanato. Ele afirma que buscam trabalhar a importância da identidade do artesanato, extraindo seu valor cultural agregado como um interessante traço econômico e cultural.

Caê Martins observa ainda, que dessa forma, quando o artesão utiliza em sua arte as características locais, o seu produto vira uma referência, deixando de ser apenas um modelo copiado de outras culturas e isso o favorece inclusive a comercialização.

4.1.3 Município de Orllândia (SP)



Figura 2 - 3R Cooperativa de Artesanato Reciclado
Fonte: Site Orllândia *Online*, 2013.

O site Orllândia *Online* noticiou em 30 de outubro de 2013, que a cidade de Orllândia, localizada no Estado de São Paulo, apresentou um projeto para a fundação da Cooperativa de Artesanato Reciclado. Com apoio da Prefeitura juntamente com as secretarias municipais de Desenvolvimento Social e Econômico e Turismo, mais o Sebrae, Cooperlol, Sina Indústria de Alimentos e a DAida Reciclagem Inteligente.

A Secretaria de Meio Ambiente também apoia o projeto, inclusive o Secretário de Meio Ambiente, Luiz Eduardo Lacerda dos Santos, explicou que a Prefeitura está investindo na profissionalização e isso inclui o artesanato. Com isso irão unir forças e tornar a cooperativa uma realidade.

O projeto visa criar oportunidades para a comunidade produzir o artesanato através de materiais recicláveis. Essa matéria-prima é fornecida por uma das parceiras do projeto, na verdade, trata-se de material não coletado pela entidade e que dessa forma é utilizada para a confecção dos produtos artesanais.

A cooperativa recebeu o nome inicial de 3R Cooperativa de Artesanato Reciclado, pois está embasada na Teoria dos 3R: também conhecida como matriz dos três erres, está pautada nos conceitos de Reduzir; Reciclar e Reutilizar. (DONATO, 2008, p. 17).

A Prefeitura comenta que a cooperativa pretende promover a produção de produtos conscientes, ecológicos e inovadores. Os artigos a serem confeccionados são: sacolas, carteira, sabão e sabonetes ecológicos, a partir dos produtos recicláveis, o que contribuirá com o destino de materiais de indústrias, empresas e da comunidade. Os equipamentos serão fornecidos por uma das parceiras, a Sina.

No início a produção será de três produtos nos primeiros seis meses e conforme a aceitação no mercado, novos produtos deverão ser desenvolvidos. A cooperativa deverá ser composta por pessoas que gostam ou tem habilidade para o artesanato, que trabalham com a coleta informal de recicláveis ou que tenham interesse de participar da cooperativa. Não poderão participar como cooperado pessoas aposentadas por invalidez ou menores de dezoito anos. (ORLÂNDIA ONLINE, 2013).

Ainda conforme divulgado no *site*, outras empresas e indústrias poderão se tornar parceiras da Cooperativa, direcionando materiais de difícil reciclabilidade, que poderão retornar como brindes para seus clientes.

4.1.4 Município de Macaé (RJ)



Figura 3 - Palestra no Macaé Facilita
Fonte: Site da Prefeitura de Macaé (2013).

Em 19 de setembro de 2013, a administração do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura de Macaé, no Rio de Janeiro, em

parceria com o Sebrae, divulgou o lançamento de uma iniciativa para qualificar os artesãos do Cria Sana² (Feira de Integração Social).

A Prefeitura ofereceu orientação aos interessados em participar de um projeto denominado Projeto Rio Serra Mar e ofereceu palestras que abordaram temas como, o microcrédito e o microempreendedor individual (MEI).

Na palestra sobre o Microcrédito Produtivo Orientado, os artesãos tiveram a explicação de como funciona o programa da prefeitura, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), que abre linha de crédito para que os pequenos empreendedores possam investir e melhorar seus negócios.

Segundo a Prefeitura, o objetivo do programa é valorizar a população de Macaé, principalmente as pessoas que têm a expectativa de melhoria das condições de trabalho e renda, ou seja, a idéia é auxiliar o projeto do cidadão, para que ele se torne realidade.

Conforme divulgou a administração da Prefeitura (2013) nessa matéria, a linha de crédito disponibilizada para os microempreendedores será de até quatro mil reais para o microempreendedor que realizar pela primeira vez a solicitação. Os juros serão de até 5% ao ano e o pagamento poderá ser feito em até doze vezes, sendo a primeira parcela no mês seguinte à liberação do crédito.

Outro tema abordado foi em relação ao Microempreendedor Individual (MEI), ministrado pelo Sebrae. Os artesãos puderam saber sobre o funcionamento, os prós e contras do MEI, criado por lei federal e destinado à pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

A coordenadora das unidades do Macaé Facilita, uma agência de serviços e de linhas de crédito da Prefeitura, Jussara de Souza Vilela, afirmou que o serviço realiza orientação aos artesãos que desejam assinar o termo de adesão ao projeto e também para aqueles artesãos que querem participar, mas ainda não se formalizaram nem possuem alvará. Na unidade são oferecidos atendimento administrativo aos empresários e empreendedores individuais com suporte geral, atendimento contábil gratuito, curso de capacitação e outras ações.

² Cria Sana: Feira de Integração Social, inaugurada pela Prefeitura de Macaé em 2008. O espaço possui dois mil metros quadrados e reúne em 17 boxes: artesãos, empreendimento solidários e agricultores familiares locais. (MAIA, 2008).

5. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Este capítulo apresenta como seções: A cidade e os casos da gestão pública municipal junto ao artesanato regional, respectivamente: as Feiras de Artesanato, o Projeto Costurando o Futuro e por último, o Projeto Museu Vivo.

5.1 A cidade

São José dos Campos é um município localizado a 96 quilômetros da capital de São Paulo e segundo dados do IBGE de 2013, a população é de quase 630 mil habitantes. Apresenta um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no país e é reconhecido pelo seu marcante desenvolvimento econômico e tecnológico.

A publicação da Prefeitura sobre os dados do município de 2012 confirma que a cidade se destaca por ser empreendedora, abrigando grandes indústrias, como os dos setores: aeroespacial, de telecomunicação e automotivo, além de possui um amplo parque tecnológico.

Apesar disso, ela preserva algumas características interioranas, como as praças, os parques e as áreas verdes, sendo que 63% do território correspondem às áreas de proteção ambiental.

Conhecida como a Capital do Vale, São José dos Campos também é privilegiada por sua localização estratégica, favorecendo a sua consolidação como centro regional de turismo de negócios e de compras e serviços, atendendo uma população de quase 2,2 milhões de habitantes, segundo a Prefeitura.

Vale destacar também que a cidade possui infraestrutura de espaços, gastronomia e hospedagem, recebendo eventos nacionais e internacionais ligados à cultura, moda e tecnologia, o que a coloca no cenário nacional das artes.

Em relação ao artesanato, a pesquisa conseguiu apurar que há cerca de 1.300 artesãos cadastrados na Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco), doravante apenas Sutaco.

Quanto às associações, apura-se que há pelo menos seis Associações de Artesãos no município, sendo cinco delas ligadas às feiras de artesanato, já que existe a obrigatoriedade de uma associação para a criação de uma feira, conforme a

Lei Municipal nº 6424/03, que pode ser visualizada no Anexo A e confirmado pela Sutaco. Além dessas, existe a Associação dos Artesãos do distrito de São Francisco Xavier (AArtes), criada em 23 de junho de 2008, conforme o *site* da Prefeitura.

A pesquisa encontrou algumas iniciativas relacionadas ao artesanato, através de contatos com a Prefeitura e a exploração pela *internet*. Os casos a seguir, correspondem às ações mais relevantes em torno da atividade, quais sejam: as Feiras de Artesanato, que objetivam a comercialização dos produtos artesanais; o Projeto Costurando o Futuro, que se refere à qualificação do artesão através de cursos com a finalidade de melhorar a sua renda e o último envolve um projeto ligado às artes e à cultura.

5.2 Feiras de Artesanato



Fotografia 2 – Feira de artesanato da praça Afonso Pena
Fonte: Site da Prefeitura de São José dos Campos – SP (2007).

As feiras de artesanato foram criadas pela Lei Municipal nº 6424 de 2003, que pode ser vista no Anexo A. Consta em seu Art. 2º que:

As Feiras de Artesanato do Município criadas e instituídas por esta lei terão como finalidade a divulgação e a comercialização das artes, de artesanato e de outros artigos como trabalhos esotéricos, bem como de manifestações culturais materializadas nas suas mais diversas formas, pelas mãos dos artistas e artesãos locais. (LEI MUNICIPAL nº 6424, 2003).

A lei também exige que o participante da feira possua e porte durante os eventos sua inscrição como “artesão autônomo” na Prefeitura e a Carteira de Artesão, emitida pela Sutaco, com quem a Prefeitura tem firmado um Termo de

Cooperação. Quando o expositor não se enquadrar nos critérios da Sutaco, este poderá utilizar alternativamente a credencial emitida pela Comissão Municipal de Artesanato, criado pelo art. 6º dessa mesma lei.

A pesquisa conseguiu contato com a responsável pelo cadastramento de pessoas interessadas em expor produtos nas feiras de artesanato, da Sutaco, e através de um questionário (1) constituído de perguntas abertas, foi possível obter algumas informações importantes sobre as feiras. A seguir, apresenta-se a transcrição deste questionário, que pode ser visto no apêndice A.

A questão inicial se refere à quantidade de feiras de artesanato, aquelas que ocorrem regularmente, existem no município. Como resposta, a entrevistada respondeu que há quatro feiras acontecendo regularmente.

Em seguida, há o questionamento de como as feiras estão distribuídas pela cidade e quem escolhe os locais e ainda questiona-se se elas ocorrem todas em locais abertos. Como resposta, a entrevistada afirmou que as feiras são criadas a partir da iniciativa de algum artesão interessado em expor os trabalhos, então os artesãos criam uma Associação e começam a expor seus trabalhos em local determinado pelos artesãos, sempre em praça pública.

A pergunta seguinte se refere à estimativa do número de artesãos expositores nas feiras ou cadastrados na Sutaco. A resposta foi que por volta de mil e trezentos artesãos estão cadastrados, mas expõem nas praças, cerca de noventa pessoas.

Seguindo, foi perguntado se a entrevistada percebe se há algum crescimento na procura por vagas nas feiras ou o contrário. A entrevistada respondeu que existe um crescimento pela procura, devido ao grande número de pessoas desempregadas, que acabam tendo no artesanato, uma forma de renda, mas nem sempre conseguem expor.

Na próxima questão foi perguntado se há algum tipo de fiscalização nas feiras e quem é o responsável por cada uma delas. Como resposta, a entrevistada afirmou que quem se responsabiliza por fiscalizar as feiras é o Coordenador de cada uma delas, eleito pelos membros da Associação e que o mesmo se torna responsável pela organização dessa feira.

Seguindo, questionou-se sobre a quem pertencem as estruturas das barracas e quem são os responsáveis pela montagem delas. A entrevistada afirmou que quando os artesãos procuram as feiras para expor, esses já sabem que precisam adquirir a barraca e também se responsabilizam por sua montagem.

Na pergunta seguinte, questiona-se se os artesãos já propuseram algum tipo de reivindicação ou melhoria de condições das feiras junto à Prefeitura ou à Sutaco e no caso de afirmação, qual ou quais são as principais reclamações. Então a entrevistada respondeu que os artesãos sempre reivindicam melhorias para as feiras, mas nem sempre isso é possível, pois deparam com uma série de obstáculos e que reclamam dos usuários de drogas na Praça Afonso Pena (onde ocorre uma feira).

Por fim, quando questionada se a entrevistada gostaria de comentar algum fator ou característica importante das feiras de São José dos Campos, a resposta da entrevistada foi a de que no seu ponto de vista, as feiras deveriam ser mais valorizadas, para servir de cartão postal da cidade, como acontecem em grandes capitais, como Belo Horizonte e Curitiba.

Ela afirma que em São José dos Campos não existe este hábito, a cidade é rotulada como tecnológica, e sendo assim não criou nenhum valor em relação ao artesanato, e que não se pode esquecer de que o artesanato é a expressão mais profunda da cultura de um povo.

A entrevistada termina dizendo que estão trabalhando para passar este pensamento para os moradores daqui, mas sempre há dificuldades, pois nem todos estão interessados em ajudar.

Além disso, não se pode esquecer de que hoje em dia o artesanato é visto como melhoria em vários aspectos, pois há um universo que aposta neste segmento, como a internet, a televisão, revista, cursos em geral. Ela termina dizendo que nunca se apostou tanto no artesanato como nos dias de hoje, inclusive sendo indicado como terapia de cura de várias doenças, além de ser a principal fonte de sustento para muitas famílias.

5.3 Projeto Costurando o Futuro

Inaugurado em 2006, o projeto oferece cursos de corte e costura e artesanato para a comunidade. A seguir, apresenta-se a transcrição do questionário (2) presente no apêndice B, que também é constituído de perguntas abertas e foi respondido pela coordenadora do projeto.



Figura 4 - No Alto da Ponte, onde funciona um dos núcleos do projeto, as alunas aprendem as técnicas de corte e costura para confeccionar os *looks*
Fonte: Site da Prefeitura de São José dos Campos – SP (s.d.).

Na primeira pergunta, o questionamento é sobre quais são os órgãos envolvidos no Projeto Costurando o Futuro. A resposta foi a de que o projeto pertence ao Fundo Social de Solidariedade.

Para a pergunta sobre qual é a finalidade do projeto e a quem ele atende, a resposta foi a de que o projeto tem como finalidade a geração de renda e atende à população em geral em suas três unidades e mais dois locais com parcerias.

Na questão seguinte, foi perguntado como o projeto é desenvolvido e a entrevistada afirmou que ele foi desenvolvido em sua formação, no passado. E que seguem as orientações, o que significa oferecer cursos com objetivos de renda extra para as pessoas, não importando a classe social. Ela ainda acrescenta que as aulas são ministradas por artesãos cadastrados na Prefeitura, que são contratados como professores.

Quando se perguntou quais são os cursos de artesanato que o projeto oferece, qual o número de participantes e ainda se há bastante procura pelos cursos de artesanato, em especial, a resposta foi de que não há cursos fixos e os tipos são variados. A entrevistada afirma que em geral são quinze alunos por turma, sendo que a procura varia conforme o local dos cursos e acrescenta que em geral, o curso nunca acaba com o mesmo número de alunos que iniciou; sempre menos.

Ela acrescenta que a procura é maior para os cursos de corte e costura e de artesanato, com itens sazonais, como Páscoa e Natal.

Em seguida, pergunta-se se já foi possível a mensuração de alguns resultados do projeto, e exemplificando há o questionamento se já houve participantes que relataram melhoria significativa na renda ou mesmo na geração de trabalho, por conta do projeto. A resposta foi de que não há essa informação nos registros do projeto, acrescentando que esta é uma nova gestão, que teve início em março de 2013.

Encerrando a entrevista, quando perguntado se a entrevistada gostaria de comentar algum fator ou característica importante do projeto, esta respondeu que o projeto está sendo rediscutido, para atender de forma mais objetiva as necessidades da população mais carente e que por ora não há nada definido.

5.4 Projeto Museu Vivo



Figura 5 – Interior da Vendinha do Museu Vivo
Fonte: *Blog do Centro de Estudos da Cultura Popular de São José dos Campos – SP (2012).*

O Projeto é desenvolvido pelo Museu do Folclore de São José dos Campos, ligado à Fundação Cultural Cassiano Ricardo e tem a finalidade de incentivar o contato da comunidade com diferentes fazedores da cultura popular local e regional. É uma oportunidade de mostrar um pouco da sabedoria de cada um, através da culinária, do artesanato e da música do Vale do Paraíba.

O Projeto é desenvolvido em forma de atividades que ocorrem nos finais de semana e são abertas ao público.

A Vendinha do Museu do Folclore é uma extensão do Projeto e concentra as atividades de exposição e venda de cerca de 700 objetos (de argila, lata, madeira, pano, couro e outras matérias-primas) que são produzidos pelos “fazedores” da cultura popular.

Em maio de 2012, a Vendinha do Museu Vivo, como é chamada, passou a contar com um catálogo virtual na *internet*, iniciando-se com 28 fotos dos objetos produzidos incluindo seus valores unitários, porém, a comercialização das peças ainda ocorre diretamente na vendinha.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados nas seções, de forma a responderem respectivamente os objetivos específicos e o geral.

	Casos Nacionais	Casos de São José dos Campos
1º caso	Centro Permanente de Artesanato (Porto Nacional – TO)	Feiras de artesanato: 4 feiras ocorrem regularmente com cerca de 90 expositores – dados de 2013
2º caso	Palestra sobre a identidade local no artesanato (São José – SC)	Projeto Costurando o Futuro: oferece cursos de corte e costura e artesanato
3º caso	Fundação da Cooperativa de Artesanato Reciclado (Orlândia – SP)	Vendinha do Museu Vivo: exposição e venda de cerca de 700 objetos produzidos pelos “fazedores” da cultura popular
4º caso	Qualificação dos artesãos através do microcrédito (Macaé – RJ)	

Quadro 1 – Casos Nacionais x Casos de São José dos Campos
Fonte: Autoria própria.

6.1 As ações de São José dos Campos

Analisando as ações de São José dos Campos, nota-se que elas não são muito representativas para o segmento do artesanato e todas elas apresentam alguma deficiência.

No caso das feiras, percebe-se que elas não conseguem mais atender a demanda por vaga, que está crescendo devido ao aumento do desemprego.

Acrescenta-se que existem apenas quatro feiras ocorrendo regularmente, compostas por cerca de noventa artesãos, sendo que mil e trezentos artesãos estão cadastrados na Sutaco, isso significa que menos de 10% dos artesãos cadastrados estão efetivamente expondo nas feiras. Portanto, fica evidente a falta de apoio logístico para que essas pessoas possam divulgar seus produtos.

A participação da gestão pública no caso das feiras consiste apenas na criação dessas e a liberação dos locais públicos, ou seja, a fiscalização, aquisição das estruturas e a montagem delas e outros são responsabilidades do artesão, o

que pode significar algum ônus inclusive, considerando o poder de ganho de algumas atividades.

Um ponto crítico para as feiras ao ar livre, é que elas expõem as mazelas urbanas, como a questão dos drogados, relatado no questionário. Isso pode afetar a divulgação dos trabalhos, caso afaste clientes e com isso se diminuem as chances de comercialização dos produtos.

A respeito da dificuldade em se passar para os moradores o pensamento sobre a importância da valorização do artesanato regional, isso pode significar que as pessoas não valorizam a cultura regional e que realizam o artesanato apenas como necessidade para o sustento.

Em relação ao caso do Projeto Costurando o Futuro, que ministra dentre vários cursos, o de artesanato, trata-se de um projeto em fase de ajustes, que precisa ser atualizado para poder conduzir melhor as ações.

Como prova, atualmente os cursos são direcionados à população em geral, mas se prevê a mudança de foco para a população mais carente. Com isso, constata-se que o projeto não produziu ainda os resultados esperados, portanto, como uma ação de incentivo ao artesanato, ela não produz efeitos.

Corrobora o fato de os cursos não serem fixos e sempre acabarem com um número menor de alunos quando do início. Esse comportamento, por sua vez, revela que pode haver alguma lacuna nas ações, que acabam provocando o desinteresse dos alunos.

Portanto, o que o projeto parece trazer de benefício por ora, é aumentar as chances de gerar uma renda extra, especialmente em épocas festivas, como Páscoa e Natal, quando há maior procura pelos cursos oferecidos.

Por último, o Projeto Museu Vivo tem um caráter importante para a valorização do artesanato regional, que é incentivar a disseminação da cultura local, que como foi visto, se liga ao artesanato agregando valor aos produtos. Porém, as atividades ocorrem apenas nos finais de semana e não são destinadas especificamente para o artesanato regional, essa atividade é apenas parte do projeto.

A Vendinha do Museu do Folclore, mais especificamente o catálogo virtual, na qual ela se engaja, é um ponto importante a ser comentado.

Como se sabe, o comércio eletrônico vem crescendo bastante, pois “a tecnologia da informação está derrubando os limites de tempo e de espaço. Por

meio da *Internet*, o consumidor vem ampliando as alternativas de escolha e o nível de controle em suas decisões de compra”. (PARENTE, 2000, p. 18).

Desse modo, a proposta do catálogo virtual é importante para a visibilidade do artesanato regional, mas ainda é incompleta por não se concretizar como um canal para a comercialização de produtos, que só ocorrem na vendinha.

6.2 Casos de sucesso

O levantamento bibliográfico produziu o material para as escolhas dos casos nacionais de incentivo ao artesanato, visto que a atividade é disseminada em todo o país, mas, sobretudo observa-se que muitas prefeituras têm investido no artesanato como uma ferramenta de inclusão social e econômica, mas canalizado ações orientadas também para a identidade local.

Foram observadas muitas parcerias para a execução dos projetos, contando muitas vezes com a participação de várias secretarias ou fundações do município.

Observou-se nesse sentido, que o Sebrae é uma entidade que atua fortemente para a valorização do artesanato e junto aos artesãos, firmando muitas parcerias com os governos locais.

O caso de Porto Nacional (TO), que criou um centro permanente para o artesanato, trata-se de um bom exemplo de ação que partiu do próprio Prefeito, quando soube reconhecer uma carência junto aos artesãos ao mesmo tempo em que solucionou a questão do abandono de uma grande área pública, totalmente reformada, o que significa inclusive uma grande falha do município.

Desse modo, produziu-se um importante apoio logístico ao artesanato regional, junto à revitalização da área pública. Com essa iniciativa, tende a crescer o reconhecimento dos artesãos, que já produzem um artesanato tradicional e reconhecido, e que realça a denominação de Porto Nacional como a Capital Cultural do Tocantins.

O segundo caso (São José/SC), que representa a iniciativa de palestra sobre a criação da identidade local junto aos artesãos, além de ser importante para a preservação da cultura, representa também uma boa estratégia para valorizar os produtos locais, criando desse modo, uma expectativa de melhoria para a movimentação e o crescimento dos negócios do setor.

Essa ideia é bastante motivadora, pois se esboça também como forma de preparação da cidade para chegada da Copa do Mundo de 2014, evento no qual se espera elevar o artesanato brasileiro.

Já o caso de Orlândia (SP), cuja iniciativa é a fundação da Cooperativa de Artesanato Reciclado, é exemplar, pois se insere na agenda atual das Prefeituras pelo Brasil afora no tocante à eliminação dos lixões e aterros controlados até 2014 e à Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos, obrigatoriedade imposta pela Lei Federal nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu decreto regulamentador – Decreto nº 7.404/2010.

Com isso, é unânime o reconhecimento sobre a importância de se preservar o meio ambiente através de atitudes cidadãs.

É importante notar que a criação da cooperativa representa uma conjugação de esforços, na qual a Prefeitura realiza sua parte através de investimentos na profissionalização, inclusive o artesanato, as entidades parceiras oferecem a matéria-prima, que representa o material não servível para elas e a comunidade transformando materiais que iriam para o lixo, contribui para a contenção do aterro sanitário da cidade.

Por último, a iniciativa de Macaé (RJ), que orienta os artesãos para o microcrédito, representa uma forma de reconhecer a potencialidade do artesanato junto à economia da cidade e ao cultivar uma mentalidade empreendedora, criam-se esperanças de um futuro melhor para os artesãos.

Os casos nacionais selecionados mostram que cada município desenvolve diferentes estratégias junto ao artesanato ou ao artesão, conforme as características, necessidades e potencialidades locais.

6.3 Casos de sucesso x Ações de São José dos Campos

Comparando os casos de sucesso nacional com as ações de São José dos Campos, pode-se afirmar que os casos do município são ações muito menos eficientes ou representativos como incentivo e desenvolvimento do artesanato e principalmente para a valorização do artesão, já que as ações nacionais reconhecem o artesanato com potencialidade para o incremento à economia de suas cidades, trabalhando junto aos artesãos, como profissionais que devem ser valorizados.

O caso de Porto Nacional (TO), que criou um centro permanente de artesanato, representa um grande avanço para gestão da atividade, pois um centro próprio cria referências. Em comparação às feiras de artesanato das praças públicas e mesmo à vendinha do Museu do Folclore de São José dos Campos, que ocorrem apenas nos finais de semana, o caso nacional representa um apoio logístico muito mais relevante para o artesanato e muito mais evidente para os artesãos.

O importante, porém, é saber que o município tem condições de replicar a ideia, a exemplo do que já realizou junto aos ambulantes, que ganharam centros de comércio popular³.

Incentivar a criação da identidade para o artesanato local, como o caso do município de São José, de Santa Catarina, se assemelha ao Projeto Museu Vivo apenas em relação à valorização da cultura regional, pois o primeiro caso atua incisivamente junto ao artesão para que ele melhore a comercialização dos seus produtos artesanais.

Já o Museu Vivo não é um projeto para os negócios, mas apenas como manifestação da cultura e das artes. Vale lembrar também que o projeto não é destinado especificamente para o desenvolvimento do artesanato, esse apenas faz parte do projeto, sendo a vendinha, que comercializa produtos tradicionais, uma extensão.

Desse modo, o projeto do município corresponde a uma ação mais pautada para a preservação dos costumes, sem grandes ambições comerciais.

A iniciativa de Orlândia/SP, que fundou uma cooperativa de artesanato reciclado, é um grande exemplo não só para São José dos Campos, mas para todos os municípios, pois se sabe, “um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade é a dificuldade de disposição do lixo urbano” (LEITE, P. R., 2003, p. 20).

Isso deve ser dito, pois a pesquisa não encontrou projetos na cidade ligados ao artesanato com materiais recicláveis, mesmo tendo muito potencial para isso, já que a cidade abriga o programa piloto de logística reversa para a destinação ambientalmente correta de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos e é a quinta cidade no país com o maior volume de lixo coletado e reciclado. Pesa ainda a preocupação em se buscar alternativas para a contenção do aterro sanitário, em vias de extinção, como afirma Silveira (2013).

³ Os Centros de Comércio Popular foram criados como parte do Programa de revitalização do centro da cidade.

Uma ação como a de Orlândia pode ser implantada na cidade, pois já existe até uma cooperativa de reciclagem de materiais, que inclusive passa por dificuldades, segundo G1 do Vale do Paraíba e Região (2013).

Por fim, São José dos Campos poderia há tempos ter implantado uma iniciativa como a da prefeitura de Macaé/RJ, que promoveu um projeto que incentiva os artesãos a se tornarem empreendedores.

Isso porque o município já abriga em suas próprias instalações, a Sala do Empreendedor. Criada em 1997 e contando com a consultoria do Sebrae, a Sala do Empreendedor atende pessoas interessadas em instalar suas atividades no município e objetiva agilizar e desburocratizar o processo de instalação dos empreendimentos.

Sendo assim, acredita-se que haveria facilidades para a prefeitura implantar um projeto como o de Macaé, isso significa poder trabalhar junto a pelo menos 1.300 artesãos cadastrados na Sutaco, número ao que parece deverá crescer, pois como visto anteriormente, a procura por vagas nas feiras tem aumentado com o desemprego.

Essa iniciativa, portanto, poderia favorecer o crescimento desse setor, condizente com essa cidade marcada pelo seu desenvolvimento.

6.4 Políticas de incentivo de São José dos Campos

Analisando as políticas de gestão pública municipal relacionadas ao artesanato em São José dos Campos, é possível afirmar que elas ocorrem em forma de ações dispersas e pouco abrangentes, o que evidencia um gargalo no planejamento do governo local.

Não foram observadas parcerias entre as secretarias e fundações nem entre essas com o setor privado, de modo que isso poderia levar a projetos mais ambiciosos, no sentido de produzir efeitos mais significativos para a comunidade em geral, mas principalmente para os artesãos.

Dos casos levantados, apenas as feiras se relacionam especificamente com o artesanato, sendo que nos outros dois casos, o Projeto Costurando o Futuro e o Projeto Museu Vivo, o artesanato é apenas uma atividade envolvida nas ações, portanto não chegam a representar políticas de incentivo ao artesanato.

Sabendo que as “políticas públicas são formas de planejamento governamental que têm o objetivo de coordenar os meios e os recursos do Estado e também do setor privado para a realização de ações relevantes e politicamente determinadas” (KAUCHAKJE, 2007, p. 61), pode-se afirmar que não se reconhecem essas políticas destinadas ao fomento do artesanato regional nem junto aos artesãos.

7. ROTEIRO DE SUGESTÕES

Após os estudos multicasos e a discussão dos resultados, são apresentadas neste capítulo algumas sugestões de iniciativas para o incentivo ao artesanato de São José dos Campos:

1. Desenvolvimento de um Plano de Gestão da Cultura e Artesanato da cidade de São José dos Campos: importante para a disseminação de uma cultura de valorização das tradições e do artesanato regional;
2. Promover parcerias: o município deve unir esforços entre os órgãos públicos e privados para a discussão e aprovação de um plano – fora da Prefeitura – junto às Associações de Artesãos, Associação Comercial e Órgão responsável pela limpeza urbana (descarte seletivo), com a finalidade de criar ações como por exemplo, a do município de Orlândia, que criou uma cooperativa de artesanato reciclado através da união de esforços;
3. Juntar os Órgãos Gestores para defender os interesses junto ao artesanato e aos artesãos;
4. Implantar: conduzir as reivindicações da categoria dos artesãos, bem como as sugestões de incentivo, com o intuito de que o caráter de urgência em que se encontra o segmento, faça nascer a vontade política capaz de transformar em realidade as políticas públicas para o artesanato joseense.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artesanato brasileiro é uma atividade amplamente disseminada e reconhecida mundialmente e principalmente agora em que se começa admiti-lo mais decisivamente como alternativa para a inclusão e incremento para a economia, a gestão pública deve mobilizar esforços de forma a produzir políticas públicas condizentes aos benefícios que a atividade produz.

No caso de São José dos Campos, não se percebe uma cultura de valorização do artesanato, favorecida pela ausência de políticas de fomento, e o que a pesquisa mostra, é que há dificuldades para essa conscientização.

Não obstante, há um número bastante significativo de artesãos na cidade e que vem crescendo com o aumento do desemprego. O artesanato joseense, portanto, se apresenta mais como uma alternativa para o desemprego ou como uma renda extra, o que denota por outro lado, o caráter de urgência em produzir ações que apóiem e criem oportunidades para o segmento.

O que o município realiza de ações para o incentivo ao artesanato regional, corresponde a projetos implantados em governos passados e que não foram ainda atualizados para a realidade do momento, por isso sabe-se que há muitas carências e demandas pendentes.

De qualquer forma, São José dos Campos possui todo arcabouço para replicar, por exemplo, as iniciativas nacionais levantadas na pesquisa.

Os casos nacionais da pesquisa revelam que muitas Prefeituras reconhecem as potencialidades do artesanato para as suas economias, e por isso vêm atuando estrategicamente para o desenvolvimento do artesanato local e para a capacitação e valorização do artesão, ao contrário de São José dos Campos.

Eles ainda revelam que o apoio logístico para a divulgação e exposição do artesanato é uma maneira de valorizar o artesão e desenvolver referências.

Além disso, como uma atividade de pequeno porte, facilitar os acessos financeiros, como o microcrédito, representa uma iniciativa importante para desenvolver o empreendedorismo capaz de transformar o artesanato em uma atividade sustentável.

Vale lembrar que o artesanato do município movimenta o setor do comércio, que fornecer a matéria-prima, o que é representativo para a economia da cidade e com o aumento de pessoas que querem ou precisam desenvolver a atividade, os incentivos ao artesanato regional podem representar uma das ações para a cidade se estruturar, por exemplo, com a aproximação da Copa do Mundo de 2014, aqui no Brasil.

Com isso, sugere-se que este seja o momento ideal para a gestão pública municipal concentrar esforços na elaboração de políticas voltadas para o segmento do artesanato, e as iniciativas nacionais, bem com as sugestões apresentadas neste trabalho, já representam boas linhas de ação.

Concluindo, no que tange o município, fazer do artesanato local uma referência tanto quanto é a sua tradição tecnológica é um desafio, mas que poderá levar benefícios à população em geral e eventualmente impactos positivos para as gerações futuras.

Evidentemente, o escopo do trabalho, bem como as sugestões propostas, não esgotam o assunto nem era essa a pretensão deste trabalho. No entanto, espera-se que, com o atual trabalho realizado, sugestões para trabalhos futuros que versem na área possam ser identificadas e aproveitadas através dessas considerações finais.

REFERÊNCIAS

ARTESANATO DE TRADIÇÃO CULTURAL. **Sobre o Promoart**. Disponível em: <<http://www.promoart.art.br/content/sobre-o-promoart>>. Acesso em: 27 out. 2013, 18:50:12.

ARTESANATO SOLIDÁRIO. **Quem somos**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.artesol.org.br/site/institucional/>>. Acesso em: 28 out. 2013, 16:55:08.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO DE ARTESANATO. **O que é a Abexa?** Disponível em: <http://www.abexa.org.br/o_que_e>. Acesso em: 28 out. 2013, 00:09:01.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. **Casa Civil**. Subchefia para assunto jurídicos, Brasília, DF, 23 dez. 2010; 189º da Independência e 122º da República.

_____. Lei Federal 7755, de 16 de agosto de 2010. **Senado Federal**. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 ago. 2010. PLS nº 136/2009. Ofício (SF) nº 1.724/2010.

_____. Ministério da Cultura. **Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural - Promoart**. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=180>. Acesso em: 22 out. 2013, 15:37:25.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Base conceitual do Artesanato Brasileiro**. Brasília, 2012. 66 p. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013, 18:49:16.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2012-2015**: projeto de lei. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, MP, 2011. 278 p.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/>>. Acesso em: 28 out. 2013, 17:35:59.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Uma nova gestão para um novo Estado: Liberal, Social e Republicano. **Revista do Serviço Público**. Ottawa, Canadá, 52 (1), 5-24, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/78Ottawa-p.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013, 00:23:14.

CARVALHO, Priscila. D. **Sem emprego formal, comércio de artesanato traz sustento na cidade**. Repórter Brasil, 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2007/04/sem-emprego-formal-comercio-de-artesanato-traz-sustento-na-cidade/>>. Acesso em: 15 nov. 2013, 9:58:39.

CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA POPULAR. **Vendinha do Museu do Folclore ganha catálogo virtual na internet**. São José dos Campos, 22 mai. 2012. Disponível em: <http://www.cecpdesaojose.blogspot.com.br/2012/05/vendinha-do-museu-do-folclore-ganha.html>. Acesso em: 14 nov. 2013, 12:19:31.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 96.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração pública**; tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DONATO, Vitório. **Logística Verde**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2008.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. **Cooperativa de reciclagem passa por dificuldades em S. José dos Campos**. São José dos Campos, 21 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/08/cooperativa-de-reciclagem-passa-por-dificuldades-em-s-jose-dos-campos.html>>. Acesso em: 12 nov. 2013, 10:41:57.

HARA, Celso M. **Logística**: armazenagem, distribuição e trade marketing. 4. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=354990>>. Acesso em: 9 nov. 2013, 15:42:00.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros – 2012**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municípios/2012/munic2012.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013, 22:34:01.

JUNQUILHO, Gelson S. **Teorias da Administração Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. Curitiba: Ibpex, 2007.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Paulo R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MACAÉ. Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Macaé, 17 set. 2013. Disponível em: <<http://www.fumdecmacae.rj.gov.br/v3/noticias/prefeitura-orienta-artesaos-do-sana-para-microcredito-e-roteiro-serra-mar>>. Acesso em: 9 nov. 2013, 14:48:11.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico. **Macaé Facilita**. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/sedec/conteudo?id=1573>>. Acesso em: 17 nov. 2013, 22:39:51.

MAIA, Robson. **Feira Cria Sana já é sucesso**. Macaé, 17 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/1795/feira-cria-sana-ja-e-sucesso>>. Acesso em: 17 nov. 2013, 21:28:21.

MARCON, Fabrício. **Aprovado projeto que regulamenta profissão de artesão**. Brasília, 18 set. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccult/noticias/aprovado-projeto-que-regulamenta-profissao-de-artesao>>. Acesso em: 8 nov. 2013, 22:00:28.

MENEGASSO, Maria E. **Apresentação**. In: DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração pública**; tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 19-23.

MIGUEZ, Eduardo C. **Logística reversa como solução para o problema do lixo eletrônico: benefícios ambientais e financeiros**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

OLIVETTE, Cris. **Estadão**, São Paulo, 10 nov. 2012. Estadão PME. Disponível em: <<http://pme.estadao.com.br/noticias/noticias,artesanato-ja-movimenta-r-50-bilhoes>>

por-ano-no-brasil-e-envolve-8-5-milhoes-de-pessoas,2507,0.htm>. Acesso em: 22 out. 2013, 18:00:24.

ORLÂNDIA online. **Orlândia incentiva a fundação da Cooperativa de Artesanato Reciclado**. Orlândia, 30 out. 2013. Disponível em: <http://www.orlandiaonline.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14649:2013-10-30-09-14-14&catid=18:noticias-destaque&Itemid=19>. Acesso em: 9 nov. 2013, 13:49:09.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: Gestão e Estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000.

PARREIRAS, Luiz. E. **Distribuição Espacial da Atividade Artesanal segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais Munic/2009 do IBGE**. Brasília, fev. 2012. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1338578535.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2013, 17:16:03.

PORTAL BRASIL. **Governo simplifica cadastro de artesão e vai mapear a atividade no País**. Brasília, 19 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/03/governo-simplifica-cadastro-de-artesao-para-ampliar-alcance-do-setor>>. Acesso em: 5 nov. 2013, 16:08:30.

PORTO NACIONAL. **Assessoria de Imprensa**. Disponível em: <<http://portonacional.to.gov.br/noticias-54453-noticia-prefeitura-de-porto-nacional-implanta-centro-permanente-de-artesanato.html#.Un4u2SemYgV>>. Acesso em: 9 nov. 2013, 11:41:17.

ROSA, Rodrigo de A. **Gestão logística**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SALLES, Helena da M. **Gestão democrática e participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SANTOS, Ana C. **Cultura aprova Estatuto do Artesão**. Brasília, 19 set. 2013. Disponível em: <http://vermelho.org.br/pe/noticia.php?id_noticia=224480&id_secao=91>. Acesso em: 27 out. 2013, 12:00:58.

SANTOS, Maria P. G. dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SÃO JOSÉ. **Artesãos participam da palestra “A identidade de São José no artesanato”**. São José, 25 out. 2013. Disponível em: <<http://www.pmsj.sc.gov.br/2013/10/artesaos-participam-da-palestra-a-identidade-de-sao-jose-no-artesanato/>>. Acesso em: 10 nov. 2013, 12:20:45.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/negocios.aspx>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. Câmara Municipal de São José dos Campos. Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/legislacao/leis/2003/6424.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2013, 19:16:29.

_____. Fundação Cultural Cassiano Ricardo. **Museu Vivo mostra arte dos fazedores de cultura popular**. São José dos Campos, 6 jul. 2013. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=14183>. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. Fundo Social de Solidariedade. **Costurando o Futuro**. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/fundo_social/costurando_futuro.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2013, 12:24:20.

_____. Lei Municipal nº 6424, de 14 de novembro de 2003. **Jornal Boletim do Município**. Poder Executivo, São José dos Campos, SP, 29 nov. 2003. Nº 1588.

_____. Notícias. **Feira de artesanato e mostras culturais são destaque**. São José dos Campos, 23 mar. 2007. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=2382>. Acesso em: 12 jan. 2014, 00:04:42.

_____. **Perfil da cidade**. Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/negocios.aspx>>. Acesso em: 23 out. 2013, 22:27:14.

_____. **Sala do Empreendedor**. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_economico/sala_empreendedor_capa.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2013, 16:49:54.

_____. São Francisco Xavier. **Artesãos do distrito formam associação**. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=4355>. Acesso em: 10 jan. 2014, 15:55:55.

_____. Secretaria de Planejamento Urbano. Centros de Comércio Popular. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/planejamento_urbano/centro_vivo/centro_comercio_popular.aspx>. Acesso em: 14 nov. 2013, 12:48: 55.

_____. _____. **São José em dados 2012**. São José dos Campos, 2012. 62 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Artesanato no Sebrae**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/artesanato/sobre-artesanato/artesanato-no-sebrae>>. Acesso em: 28 out. 2013, 13:50:02.

_____. **O que é o Sebrae?** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae/institucional/quem-somos/sebrae-um-agente-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 27 out. 2013, 22:45:39.

_____. **Prêmio SEBRAE TOP 100 de Artesanato**. Disponível em: <<http://www.top100.sebrae.com.br/OQueE/>>. Acesso em: 5 nov. 2013, 17:25:46.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, Virgínia. Logística Reversa torna-se realidade em São José dos Campos. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 maio 2013. Disponível em: <<http://www.iso26000qsp.org/2013/05/logistica-reversa-torna-se-realidade-em.html>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

ZANELLA, Liane C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário 1:

- 1) Qual e sua função na Sutaco?
- 2) Você permitiria a transcrição das respostas deste questionário no meu trabalho de monografia?
- 3) Quantas feiras de artesanato - aquelas que ocorrem regularmente - existem em São José dos Campos?
- 4) Como as feiras estão distribuídas pela cidade? Quem escolhe os locais e por ventura elas ocorrem todas em locais abertos?
- 5) Qual é a estimativa do número de artesãos expositores nas feiras ou cadastrados na Sutaco?
- 6) Percebe se há algum crescimento na procura por vagas nas feiras ou o contrário?
- 7) Há algum tipo de fiscalização nas feiras? Quem é o responsável por cada uma delas?
- 8) A quem pertencem as estruturas das barracas e quem são os responsáveis pela montagem delas?
- 9) Os artesãos já propuseram algum tipo de reivindicação ou melhoria de condições das feiras junto à prefeitura ou à Sutaco? Se sim, qual ou quais são as principais reclamações?
- 10) Existe algum levantamento sobre o faturamento das feiras, ou o quanto elas representam para a economia da cidade? Existem dados sobre os tipos de artesanato que os artesãos joseenses produzem?
- 11) Você gostaria de comentar algum fator ou característica importante das feiras realizadas em SJC?

APÊNDICE B – Questionário 2:

- 1) Você permitiria a transcrição das respostas deste questionário no meu trabalho de monografia?
- 2) Qual é a sua função na Fundação Cultural Cassiano Ricardo?
- 3) Que tipos de cursos de artesanato são oferecidos na Fundação?
- 4) Como esses cursos são desenvolvidos e a quem eles atendem? É possível estimar o número de participantes?
- 5) Além desses cursos, a Fundação desenvolve outras ações ou projetos para incentivar a prática do artesanato?
- 6) Como percebe a procura por esses cursos? Já houve, por acaso,
- 7) Saberá dizer por que as pessoas procuram os cursos de artesanato?
- 8) Você gostaria de comentar algum fator ou característica importante dos cursos ou de seus participantes?

ANEXOS

ANEXO A

– Lei Municipal nº 6424/03 de 14 de novembro de 2003. Cria e institui as Feiras de Artesanato do Município de São José dos Campos e dá outras providências.

NOMEAÇÃO MEMBROS
 PELO DECRETO
 Nº 11.325/04 e 11.324/04
 ALTERADA PELA LEI 7179/06
 ALTERADA PELA LEI Nº 7930/09.
 ALTERADA PELA LEI Nº 7931/09.
 ACRESCIDO DOIS §§ AO ARTIGO
 4º PELA LEI 8218/10
 VER. DECRETO Nº 14683/2011

Prefeitura Municipal de São José dos Campos
 – Estado de São Paulo –

LEI Nº 6424/03
 de 14 de novembro de 2003

PUBLICADO NO JORNAL
 BOLETIM DO MUNICÍPIO
 Nº 1528 DE 28/11/2003

Cria e institui as Feiras de Artesanato do
 Município de São José dos Campos e dá
 outras providências.

SERVIÇO DE FORMALIZAÇÃO DE ATOS

O Prefeito Municipal de São José dos Campos faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam criadas e instituídas as Feiras de Artesanato do Município, cujos locais de realização serão definidos por decreto do Executivo.

Art. 2º. As Feiras de Artesanato do Município criadas e instituídas por esta lei terão como finalidade a divulgação e a comercialização das artes, de artesanato e de outros artigos como trabalhos esotéricos, bem como de manifestações culturais materializadas nas suas mais diversas formas, pelas mãos dos artistas e artesãos locais.

Art. 3º. Os participantes das feiras, cujo número não poderá exceder o limite de 200 (duzentos) por feira, deverão obrigatoriamente, possuir e portar nos eventos sua inscrição como "artesão autônomo", fornecida pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, além da Carteira de Artesão emitida pelo Órgão Estadual da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO, com quem a Prefeitura mantém firmado um Termo de Cooperação, ou alternativamente, credencial devidamente emitida pela Comissão Municipal de Artesanato criada pelo artigo 6º desta lei, quando os expositores de artesanato não se enquadrarem nos critérios da SUTACO.

Art. 4º. Para efeito de implantação desta lei, as feiras deverão ocupar no máximo 20% (vinte por cento) da área total do logradouro onde forem instaladas, ficando vedada a utilização do passeio público que margeia as vias públicas e que é destinado à livre circulação de pedestres, bem como das áreas urbanizadas com vegetação ou outros elementos que possam ser danificados com a realização da feira.

Art. 5º. Fica permitida a exposição de atividades voltadas ao setor de alimentação, ficando o número de expositores dessa modalidade, em cada feira, limitado a 5% (cinco por cento) do total de expositores locais.

§ 1º. Os alimentos a serem comercializados não poderão, em hipótese alguma, ser manipulados em área pública, devendo estar adequadamente acondicionados e prontos para venda.

§ 2º. Os expositores que comercializarem produtos alimentícios deverão portar autorização específica emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

Lei 6424

2

Art. 6º. Fica criada a Comissão Municipal de Artesanato constituída dos seguintes membros, cuja nomeação se dará por decreto do Executivo:

I – 02 (dois) representantes da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

III – 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social;

IV – 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

V – 01 (um) representante da Assessoria de Eventos Oficiais;

VI – 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Turismo;

VII – 01 (um) representante da Fundação Cultural Cassiano Ricardo;

VIII – 01 (um) representante do Departamento de Fiscalização e Posturas Municipais, da Secretaria de Obras e Habitação;

IX – 01 (um) representante do Grupo Gestor das Feiras de Artesanato do Município, criado pelo artigo 9º desta lei;

X – 04 (quatro) vereadores indicados pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

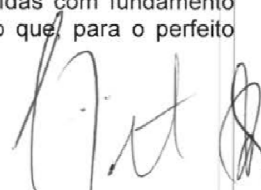
Art. 7º. Para a implantação de cada uma das feiras deverá existir uma Associação dos Expositores que atuará no local, sob coordenação dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, devidamente registrada no Cartório de Titulos e Documentos e Cadastrada na Prefeitura, sem o que não será permitida a implantação e operacionalização da feira no local.

Parágrafo único. Compete a cada Associação interessada e cadastrada na Prefeitura, a organização e o gerenciamento da feira de artesanato no local de exposição, cabendo à Comissão Municipal de Artesanato autorizar o cadastramento e a substituição dos expositores, em conformidade com a ordem cronológica de cadastramento em lista de espera de interessados mantida pela Prefeitura Municipal, sendo esta lista pública e de livre consulta de qualquer interessado, além de responsabilizar-se pela administração e coordenação geral de todas as feiras de artesanato de que trata esta lei.

Art. 8º. As Feiras de Artesanato, criadas e instituídas com fundamento nesta lei, terão seu regulamento fixado por decreto do Executivo que, para o perfeito funcionamento dos eventos, estabelecerá:

I – os locais, dias e horários de funcionamento;

ef



Prefeitura Municipal de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

Lei 6424

3

II – o regulamento e padrões dos espaços a serem destinados aos expositores, os números de vagas para cada feira, bem como modelos e metragens das barracas;

III – os critérios, regras e forma de credenciamento dos expositores;

IV – as regras relativas à frequência do expositor e sua substituição;

V – as obrigações atribuídas aos expositores, incluindo a manutenção da limpeza do local da realização da feira, durante e após o evento;

VII – as competências da Administração Municipal, por intermédio dos órgãos respectivos, no âmbito das feiras.

Parágrafo único. Ficam os expositores sujeitos à aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, pelo não cumprimento dos dispositivos legais, critérios e regras estabelecidos nesta lei.

Art. 9º. Fica criado o Grupo Gestor das Feiras de Artesanato do Município, composto por 01 (um) representante de cada Associação de representação dos expositores das feiras de que trata esta lei e que estejam legalmente constituídas.

Parágrafo único. Os membros do Grupo Gestor não receberão remuneração para exercerem suas funções, sendo os serviços prestados considerados relevantes ao Município.

Art. 10. Será vedada a participação de expositores não residentes no Município de São José dos Campos, nas feiras de que trata esta lei, excepcionado o previsto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. A critério da Comissão Municipal de Artesanato, eventualmente, poderão ser convidados expositores que não residam no Município para expor seus trabalhos por tempo determinado.

Art. 11. Ficará a cargo do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, a divulgação das feiras como produto turístico, de lazer e de entretenimento junto à população local e nos locais de maior fluxo de turistas como hotéis, indústrias, aeroporto, dentre outros, além do Centro de Informações Turísticas – CIT.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis n.ºs 1997, de 02 de maio de 1978, 4038, de 02 de setembro de 1991, 5962, de 30 de novembro de 2001 e 6030, de 22 de janeiro de 2002.


Prefeitura Municipal de São José dos Campos
- Estado de São Paulo -

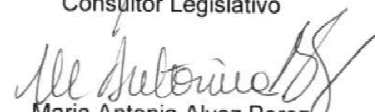
Lei 6424

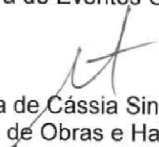
4

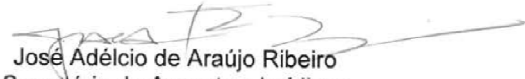
Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 14 de novembro de 2003.


Emanuel Fernandes
Prefeito Municipal

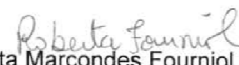

Luciano Gomes
Consultor Legislativo


Maria Antonia Alvez Perez
Assessora de Eventos Oficiais


Maria Rita de Cássia Singulano
Secretária de Obras e Habitação


José Adélcio de Araújo Ribeiro
Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrada na Divisão de Formalização e Atos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e três.


Roberta Marcondes Fourniol Rebello
Divisão de Formalização e Atos

(Projeto de Lei 520/03 de autoria dos Vereadores Walter Hayashi e Hélio Nishimoto)